

**CONCURSO DE PROVAS PÚBLICAS PARA ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO
DE NOTÁRIO
01/07/2017**

Direito Privado e Direito Registral

A) Direito Privado

I

Ângela e Filipe pretendem casar e acordaram em celebrar uma convenção antenupcial, nos termos que se seguem:

- a) O casamento será celebrado no regime da comunhão de adquiridos mas, em caso de divórcio, a partilha será feita como se tivessem casado no regime da separação de bens; **(1,5 v.)**
- b) Os encargos da vida familiar serão suportados de harmonia com as possibilidades de cada um, mas Filipe assume a exclusiva responsabilidade por todas as dívidas decorrentes do consumo de água, de gás e electricidade; **(1,5 v.)**
- c) Filipe será o administrador dos frutos que venham a ser produzidos pelos bens de que já é o proprietário; **(1,5 v.)**
- d) Ângela poderá alienar ou onerar qualquer um dos bens de que já é proprietária sem necessitar da autorização de Filipe. **(1,5 v.)**

Pronuncie-se, individualmente, sobre a validade das cláusulas que os nubentes pretendem incluir na convenção antenupcial, justificando sempre as respostas.

II

(8 v.)

Ana faleceu em 04/03/2017.

Sobreviveram-lhe: o marido **Bernardo**, a filha **Catarina** e as netas **Elsa** e **Francisca**, filhas do seu filho pré-falecido **David**.

— Os bens próprios de **Ana** valem 120.000 €.

— Os bens comuns do casal valem 540.000 €.

— As dívidas de **Ana** ascendem a 20.000 €.

— Em 2010 **Ana** doou a **Bernardo**, por conta da legítima, 54.000 €.

— Em 2012 **Ana** doou 26.000 € ao filho **David**.

— **Ana**, através de testamento público deixou aos seus irmãos **Gabriel** e **Henrique** metade da sua quota disponível.

Faça a partilha da herança de **Ana**, referindo-se aos sucessíveis chamados e aos institutos pertinentes, justificando sempre a resposta.

B) Direito Registral

I

(3 v.)

Suponha a seguinte situação:

António, Bento e Carlos, solteiros, maiores, comproprietários de um determinado prédio urbano, inscrito definitivamente no registo a seu favor na proporção de 1/3 para cada um, outorgam escritura pública, na qual declaram vender o seu direito a *Dinis*, reservando, cada um deles, para si o usufruto da quota-parte alienada.

a) Que pedidos de registo deverão ser formulados junto do serviço de registo? (1 v.)

Suponha, com referência à situação indicada em I., que, antes do pedido de registo, *António* vem a falecer, sendo apresentada ao notário (sujeito da obrigação de registar) a competente certidão de óbito e a habilitação de herdeiros entretanto efetuada.

b) Em face da prova do falecimento de *António*, como deverá ser feito o registo da constituição do usufruto indicada em I? (2 v.)

II

(2 v.)

Suponha que *Ernesto*, titular inscrito da nua propriedade ou da propriedade de raiz de um determinado prédio urbano, vende o seu direito ao usufrutuário inscrito *Fernando*, casado no regime da comunhão de adquiridos com *Gilda*.

Que registos deverão ser pedidos ou efectuados pela Conservatória?

III

(1 v.)

Suponha que Henrique, titular inscrito da propriedade plena de um determinado prédio urbano, e *Ilda*, se dirigem ao cartório notarial pretendendo a realização de escritura pública de compra e venda da nua propriedade do referido prédio a favor de *Ilda*, declarando *Henrique* que sobre o prédio foi constituído um direito de usufruto, não registrado.

Analise o problema do ponto de vista notarial e registal, designadamente por referência aos documentos que devem instruir a escritura pública e o registo, e aos atos de registo que, eventualmente, devam ser pedidos antes e depois da outorga da escritura pública.

Nota: Justifique sempre as respostas e refira a base legal aplicável.